

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.469.255 - SC (2019/0075389-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL  
**ADVOGADOS** : FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ - SC021419  
GIOVANA MICHELIN LETTI E OUTRO(S) - SC021422  
**AGRAVADO** : JOSÉ CARVALHO FILHO  
**ADVOGADOS** : MAYKON FELIPE DE MELO - SC020373  
VITOR TEIXEIRA FERREIRA E OUTRO(S) - SC039959

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA (PREVI). AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INTEGRAÇÃO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS AUFERIDAS EM ACORDO NA SEARA TRABALHISTA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA.*

*RECURSO DE APELAÇÃO DA REQUERIDA. PEDIDO DE ANULAÇÃO DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA ANTE O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE SEM A PRODUÇÃO DE PERÍCIA ATUARIAL. INACOLHIMENTO. PROVA PERICIAL DESNECESSÁRIA AO DESLINDE DO FEITO. PRESENÇA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 131 C/C ARTIGO 330, INCISO I, DO ANTIGO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREFACIAL AFASTADA.*

*PREFACIAL DE NULIDADE DA SENTENÇA POR NEGATIVA DE JURISDIÇÃO AFASTADA. O ESTADO-JUIZ ENCONTRA-SE OBRIGADO A FUNDAMENTAR SUA DECISÃO TÃO SOMENTE COM BASE NAS DISPOSIÇÕES JURÍDICAS APLICÁVEIS AO CASO CONCRETO. DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO SOBRE TODO E QUALQUER ARGUMENTO LEVANTADO PELAS PARTES. PRELIMINAR DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. PEDIDO DE INCLUSÃO DE PATROCINADOR/EMPREGADOR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. DESNECESSIDADE. NÃO INCIDÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 47 DO CÓDIGO DE PROCESSO*

*CIVIL. TERCEIRO CUJA ESFERA JURÍDICA NÃO SERÁ ATINGIDA PELA SENTENÇA. PRELIMINAR AFASTADA. PRELIMINAR DE COISA JULGADA. INSUBSISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DE PARTES, PEDIDOS E CAUSA DE PEDIR ENTRE A PRESENTE DEMANDA E A RECLAMATÓRIA AJUIZADA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. EXEGESE DO ARTIGO 301, §§ 1º, 2º E 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (ART. 337, §§ 1º, 2º E 3º DO NCPC) PRELIMINAR AFASTADA.*

*MÉRITO. PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA AO ARGUMENTO DE QUE EVENTUAL ACOLHIMENTO DO PEDIDO IMPORTARÁ EM DESEQUILÍBRIO ATUARIAL. SUBSISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PRÉVIA FORMAÇÃO DE RESERVA MATEMÁTICA NECESSÁRIA AO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO. INVIABILIDADE DE ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO SEM PRÉVIA CONTRIBUIÇÃO. APLICAÇÃO, CONTUDO, DA REGRA DE TRANSIÇÃO ESTABELECIDADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO TEMA REPETITIVO N. 955. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DO BENEFÍCIO, CONTUDO, CONDICIONADA AO PRÉVIO RECOLHIMENTO À VISTA DO VALOR ATINENTE ÀS RESERVAS MATEMÁTICAS NECESSÁRIAS A LHE CONFERIR SUPORTE FÁTICO ATUARIAL. MONTANTE A SER AFERIDO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (CASO MANTENHA A PARTE INTERESSE NA CONTINUIDADE DO PROCESSO). PLEITO REFORMATÓRIO SUBSIDIÁRIO PROVIDO.*

*READEQUAÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.*

*RECURSO ADESIVO DO AUTOR. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. NÃO CONHECIMENTO. PERDA DO OBJETO. FALTA SUPERVENIENTE DE INTERESSE RECURSAL.*

*RECURSO DE APELAÇÃO DA REQUERIDA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO ADESIVO NÃO CONHECIDO.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 416-425).

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alegou violação do art. 86, *caput* e parágrafo único, do CPC/2015. Defendeu a inexistência de sucumbência recíproca das partes, porque, pelo fato de sua sucumbência em revisar o benefício previdenciário ter sido mínima, por estar condicionada ao cumprimento obrigacional da parte contrária ao recolhimento de reservas matemáticas, motivo pelo qual a parte autora deveria

ser responsabilizada integralmente pelo pagamento das despesas e honorários.

Contrarrazões apresentadas às fls. 439-444 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

O recurso especial não prospera.

É inviável o conhecimento da pretensão recursal de redistribuição do ônus sucumbencial baseada na inexistência de sucumbência recíproca. Isso, porque, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da sucumbência mínima ou recíproca e a fixação do respectivo *quantum*, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO DA SUCUMBÊNCIA DAS PARTES. SÚMULA 7/STJ. ARBITRAMENTO COM BASE NA EQUIDADE. INTERESSE RECURSAL AUSENTE. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de não ser possível a apreciação do quantitativo em que as partes saíram vencedoras ou vencidas na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca e a fixação do respectivo quantum, por implicar incursão no suporte fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula 7 deste Sodalício.*

*2. A pretensão de aplicação da equidade no arbitramento de honorários advocatícios não pode ser conhecida, por ausência de interesse recursal, uma vez que já atendida pelo Tribunal de origem.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1354043/SE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 24/10/2019)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONTRATO BANCÁRIO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DEFEITO DE SERVIÇO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. CDC. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. REVISÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONFIGURAÇÃO. FALHA DE*

SERVIÇO. FRAUDE BANCÁRIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. **VERBA HONORÁRIA. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. MANUTENÇÃO. REEXAME FÁTICO. INVIABILIDADE.** 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). (...) **12. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e ré decaíram do pedido, para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ.** 13. A incidência da Súmula nº 7/STJ prejudica também o conhecimento do recurso quanto à divergência jurisprudencial alegada. 14. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.173.934/SP, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/09/2018, DJe de 21/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. AGRAVO NÃO CONHECIDO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PROCESSUAIS. ART. 86 DO CPC/2015. QUANTITATIVO. SÚMULA 7. AGRAVO INTERNO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. 1. É inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (CPC/2015, art. 1.021, § 1º). 2. "As despesas processuais e os honorários de advogado deverão ser rateados entre as partes, na medida de sua parte na derrota, isto é, de forma proporcional ao seu decaimento. Precedentes" (AgRg no REsp 1.354.123/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe de 30/06/2015). 3. A apreciação do quantitativo em que as partes saíram vencedoras ou vencidas na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, e a fixação do respectivo quantum demandam a incursão no suporte fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula 7 deste Sodalício. 4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (AgInt no AREsp 1.046.116/SP, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO -, QUARTA TURMA, julgado em 1º/03/2018, DJe de 09/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ART. 535 DO CPC/1973.

AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELO INADIMPLEMENTO DA PARTE ADQUIRENTE. EXISTÊNCIA DE PRÉVIA CONSTITUIÇÃO EM MORA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. COMPENSAÇÃO PELO TEMPO DE OCUPAÇÃO INDEVIDA DO BEM. AFERIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA E PEDIDO DE REDUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. (...) 7. *De acordo com a jurisprudência desta Casa, "a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como a verificação da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontram inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática"* (AgRg nos EDcl no REsp n. 757.825/RS, Relatora a Ministra Denise Arruda, DJ de 2/4/2009). Ademais, *"a revisão dos honorários advocatícios, salvo se excessivos ou ínfimos, não pode ocorrer na instância especial, pois envolve reexame de circunstâncias fáticas"* (AgInt no AREsp n. 1.009.704/SC, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 24/03/2017). 8. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.177.576/SP, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe de 08/03/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO REQUERIDO. (...) 3. *A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se inviáveis a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.* 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 106.908/SP, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe de 28/08/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIÃO ESTÁVEL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 283/STF. TERMO FINAL DA RELAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. PLANO DE SAÚDE. MANUTENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS. VERIFICAÇÃO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (...) 5. *A apreciação, na hipótese, do quantitativo em que as partes saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da*

***existência de sucumbência mínima ou recíproca, e a fixação do respectivo quantum demandam a incursão no suporte fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula 7 deste Sodalício. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.*** (AgRg no AREsp 562.130/ES, desta relatoria, **QUARTA TURMA**, julgado em 17/03/2016, DJe de 13/04/2016)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios devidos ao procurador da parte recorrida de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator